

A Memória como ação educativa

Memory as educative action

Divania Luiza Rodrigues Kono

Universidade Estadual do Paraná, Brasil

Terezinha Oliveira

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

José Ricardo Pierpauli

Universidad de Buenos Aires, Argentina

Resumo

Neste trabalho, que se estrutura segundo as orientações da História Social, refletiremos acerca da memória como parte da virtude da prudência e acerca da elaboração educativa proposta pelo teólogo e filósofo alemão Alberto Magno (ca.1200-1280), no contexto histórico do século XIII. A memória, como destacada no tratado IV *De prudentia* da obra *De bono*, se expressa no campo da moral, a saber, no campo do agir humano. Ainda que exista uma conotação retórica da memória, como técnica de memorização (mnemotécnica) segundo os ensinamentos do Cristianismo, é no campo do agir humano onde reside a ênfase do problema da memória. Para o homem prudente, que age segundo a razão, a memória é fundamental para orientar a tomada de decisões no presente. Assim, é possível aprender com a experiência do passado para agir bem e evitar o mal.

Palavras chave

Educação - Memória - Alberto Magno - Século XIII.

Abstract

This paper, whose structure is according the guidelines in Social History, we reflect upon memory as part of the virtue of prudence and the development of the educational proposal by German theologian and philosopher Albert the Great (ca.1200-1280), in the historical context of 13th century. Memory, as emphasized in the 5th treatise *De prudentia* belonging to *De bono*, is expressed in the field of ethics, namely, in the filed of human behavior. Despite the rhetorical connotation of memory, as memorization technique (mnemotechnique) according to the teachings of Christianity, it is in the field of human behavior that relies the emphasis of the memory issue. For the

prudent man, who acts according to reason, memory is essential to guide decision making in the present. Thus, it is possible to learn from past experience in order to act satisfactorily and prevent evil.

Keywords

Education - Memory - Alberto the Great – 13th Century.

O nosso objetivo neste trabalho é refletir sobre a importância histórico-educacional da memória, expressa como parte da virtude da prudência, no Tratado IV *De prudentia - Sobre a prudência* - da obra *De bono* de Alberto Magno (c.1200-1280)¹. O desenvolvimento do tema se baseará, principalmente, nos argumentos e reflexões do mestre dominicano Alberto Magno, que viveu no século XIII. Um estudioso e observador constante da natureza desde a juventude; teólogo e filósofo alemão estudou o homem na sua relação com a natureza e com Deus e, em suas obras, enfrentou - como outros homens estudiosos de seu tempo - o desafio de dar unicidade entre fé e razão.

Membro da Ordem dos Pregadores, *Albrecht von Bollstädt* (*Albertus Magnus*, em latim, Alberto Magno ou ainda Alberto de Colônia, como também era conhecido por seus contemporâneos), nasceu em Lauingen, na região da Suábia, às margens do rio Danúbio, na diocese de Augsburg, na [atual] Alemanha. Na vida de Alberto Magno há poucas datas seguras e, apenas a data de sua morte em 1280, em Colônia, pode nos ajudar, de certa maneira, a estabelecer a data de seu nascimento que, possivelmente ocorreu entre os anos de 1193 a 1206². De acordo com a cronologia elaborada atualmente³ pelos pesquisadores do *Albertus-Magnus-Institut*, na Alemanha, responsáveis desde 1931 pela edição histórico-crítica das obras albertianas (*Editio Coloniensis*) e por pesquisas, o nascimento de Alberto de Colônia ocorreu em c.1200.

Compreendemos a memória ou a arte da memória, como destacada por Alberto Magno no tratado, e sua importância no processo de formação do homem medieval relacionada à sociedade que a produziu. O século XIII é marcado por grandes transformações aos homens do Ocidente, especialmente, pelo desenvolvimento comercial e urbano - desencadeados nos séculos XI e XII -, pelo surgimento das Universidades e das Ordens Mendicantes, como a Ordem dos Pregadores, da qual Alberto Magno foi membro. No século XIII, a memória é fundamental para aprender, conhecer e transmitir cultura; além de faculdade mental, é o principal instrumento de aprendizagem e a 'base de todo o relacionamento humano com a realidade'⁴.

¹ Nesta pesquisa usamos o tratado *De prudentia* da edição crítica coloniense: *Sancti Doctoris Ecclesiae ALBERTI MAGNI Ordinis Fratrum Praedicatorum Episcopi. De bono. Tractatus quartus. De Prudentia. Coloniae: Monasterii Westfalarum in aedibus Aschendorff*, 1951, 217-258. A tradução do latim para a língua portuguesa, por nós encomendada para atender aos fins específicos dessa pesquisa, foi realizada pelo tradutor Matteo Raschiatti.

² A. T. Canavero, *Il Bene*, 43.

³ A cronologia, de acordo com o estado atual da pesquisa, está disponível em língua alemã, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.albertus-magnus-institut.de/Zeittafel_Internet.pdf>.

⁴ L. J. Lauand, "Agostinho: dois sermões", 9-10.

No tratamento do tema da memória em Alberto Magno, é importante levarmos em conta que estamos falando de um teólogo e filósofo. Esta observação, ainda que pareça óbvia, é necessária para entendermos que a obra de Alberto Magno, contrariando algumas interpretações recentes, é de cunho teológico e filosófico, não havendo na sua abordagem uma separação ou autonomia entre fé religiosa e razão⁵. Entendemos que Alberto Magno desenvolveu seus temas de estudo, mesmo os científicos, dentro de um quadro teológico, cujo objeto é Deus. Assim, o foco que interessa a Alberto Magno é Deus, o que é válido para a interpretação da sua doutrina da memória.

Para Alberto Magno, os princípios, o objeto formal e o fim da ciência derivam do ‘[...] Ser e do Bem Supremo que são as primeiras criações de Deus’⁶. Esta definição é importante para esclarecermos, que quando o *Doctor universalis* fala da vida social, do ato humano, do agir moral, está se orientando por um ordenamento divino/espiritual, que é o fim último da felicidade humana. A vida em sociedade se ordena ao bem espiritual, ou seja, ‘[...] a vida em sociedade ordena-se à contemplativa’⁷. Desse modo, para o mestre dominicano,

Portanto, o fim último e o ideal supremo da alma é a felicidade da contemplação da verdade, para o que o ordenamento da vida social é apenas condição material e disposição. Fica claro, que há apenas um fim supremo para o homem⁸.

Nesta perspectiva, quando Alberto Magno trata do “bem comum” político que se constitui como princípio, objeto formal e fim próprio - ainda que estes sejam próprios - da Filosofia Política, também derivam da mesma fonte: Deus.

⁵ J. R. Pierpauli, no texto “Sabiduría y Ciencia Política en la obra de Alberto Magno”, 2, afirma que desde os anos 60, há uma tendência que interpreta ‘[...] algumas obras produzidas durante a primeira e parte da segunda metade do século XIII’, - e aqui se incluem as obras de Alberto Magno e Tomás de Aquino - ‘[...] cuja finalidade é precisamente “de-potenciar” os argumentos filosóficos, em especial aqueles concernentes à Filosofia Prática, de sua fundamentação, tanto metafísica, como teológica’. Neste sentido, o termo ‘de-potenciar’, criado por J. R. Pierpauli, quer dizer tirar a força dos conceitos, deixar sem a totalidade de seu significado originário, principalmente, tirar as suas projeções teológicas. No livro *Racionalidad práctica y filosofía política: los modelos de Alberto Magno y de Tomás de Aquino y su significado para la filosofía política actual*, 26-28, J.R. Pierpauli, argumenta que, trata-se de um processo de autonomia da ciência tanto da Teologia quanto da Metafísica, iniciado, ainda no século XIII, posteriores às elaborações de Tomás de Aquino. Esta tendência, cujas raízes culminam com o Iluminismo proposto por Immanuel Kant (1724-1804) - que postula a ciência autônoma dos princípios especulativos, tanto do seu caráter teológico como metafísico - ao desconsiderar os fundamentos teológicos e metafísicos presentes nesses autores medievais, considera o saber a partir dos autores mesmos, como modelos de pensamento autônomos.

⁶ J. R. Pierpauli, “Sabiduría y Ciencia Política en la obra de Alberto Magno”, 1.

⁷ Alberto Magno, *Textos sobre o método e a ciência: sobre a alma*, 183.

⁸ Alberto Magno, *Textos sobre o método...*, 183.

Esta noção permite aclarar que a noção de bem comum, de agir moral, neste contexto, tem sua subordinação na Teologia.

Entendemos que, nesta perspectiva, Alberto Magno está empenhado em tratar a memória, no contexto do século XIII, como condição psicológica de aprendizagem, mas, sobretudo, na defesa de uma memória cristã, necessária para a formação moral, para orientar a ação humana e para a defesa do pensamento cristão, via Igreja.

A Igreja se vê diante de grandes embates, neste momento: disputas por poder; povos que não concordam com o modo suntuoso do Clero, distinto de uma “tradição” cristã, de que Jesus foi pobre. O temor da cristandade não é somente com relação aos povos opositores, considerados heréticos. Somado a isso, se vive também o temor de “derrogar a fé” no mundo acadêmico, com a recepção da obra de Aristóteles. O Estagirita chega aos latinos por meio das traduções e das interpretações de alguns autores árabes, como Avicena e Averróis.

Vale dizer, as próprias Ordens Mendicantes surgem da necessidade da Igreja se “defender” dos ataques que vem sofrendo. A Ordem dos Pregadores - originada por Domingos de Gusmão (c. 1170-1221), cônego regular castelhano - surge em 1217, como o próprio nome indica, para atuar na pregação. A pregação requer empenho nos estudos; é preciso conhecimento para pregar e para ensinar as populações.

Alberto Magno, como pregador e como professor, se situa neste embate no seio do maior centro de saber e debate do século XIII, a Universidade de Paris. Ele se posiciona pelo conhecimento, na busca de fundamentos para a defesa da fé cristã, ainda que para isso necessite visitar o pensamento pagão, que modificava radicalmente a situação intelectual da cristandade. Alberto Magno percebe que diante do ‘[...] aristotelismo, obra-prima da inteligência grega, enriquecida com os contributos do neoplatonismo grego, árabe e judaico’ não era possível ‘[...] nem ficar passivo, nem apenas reagir hostilmente, nem aceitar sem discernimento as ideias pagãs; importava enriquecer a cultura cristã, assimilando tudo o que o pensamento pagão tinha produzido de válido’⁹.

E para isso - sem se despir dos conceitos platônicos e neoplatônicos vigentes, do ponto de vista filosófico, para convalidar a mensagem bíblica - o mestre de Colônia se dispõe a comentar todo o corpo aristotélico e a reconhecer os referenciais laicos para as diferentes áreas do conhecimento.

⁹ F. Steenberghen, *História da Filosofia: período cristão*, 122.

Tome-se pois por princípio que, em questões de fé e de bons costumes, Agostinho deve ser preferido aos filósofos, caso haja idéias diferentes entre eles. Mas, em se tratando de medicina, tenho mais confiança em Galeno ou Hipócrates que em Agostinho; e se falar sobre ciências naturais, tomo em maior consideração a Aristóteles ou a outro especialista no assunto (II Sent. d. 13, a. 2)¹⁰.

Nesses filósofos, Alberto Magno reconhece a autoridade, com os quais pode discutir e até recusar, se necessário¹¹. Neste ponto, notamos que Alberto Magno reconhece que

[...] para cada área do conhecimento existe uma autoridade especial a ser reconhecida e estudada. Não há como saber todas as coisas a partir de um único referencial. Agostinho, a grande autoridade da Igreja e do cristianismo, continua a autoridade para as coisas da fé. Mas, as demais questões devem ser investigadas a partir de autoridades laicas¹².

Desse modo, a síntese iniciada e produzida pelo *Doctor universalis*, transformando e unindo o aristotelismo ao cristianismo, marca uma revolução na história do pensamento ocidental. Alberto Magno se situa na luta pela 'estabilidade' e 'imutabilidade' do dogma e a eficácia do trabalho desse mestre medieval perdurou por séculos¹³.

Do período de docência na Universidade de Paris, Alberto Magno escreve a *Summa de creaturis*, composta de seis partes, sendo o *De bono* – obra na qual se encontra o tratado *De prudentia*, foco dessa pesquisa –, a última parte. A matéria primordial abordada no *De bono* e da qual se organizam os cinco tratados sobre as virtudes - o primeiro, do bem em geral; o segundo, da fortaleza; o terceiro, da temperança; o quarto, da prudência; o quinto, da justiça -, refere-se, como o título indica, *Sobre o bem*¹⁴. O tratado *De bono* foi escrito pelo mestre de Colônia, provavelmente, no ano de 1242, quando era Bacharel na Universidade de Paris¹⁵.

¹⁰ Alberto Magno, *Textos sobre o método...*, 173.

¹¹ E. Gilson, *A Filosofia na Idade Média*, 632.

¹² T. Oliveira, *Ensino e debate na Universidade Parisiense do século XIII: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio*, 94-95.

¹³ E. Gilson, *A Filosofia na Idade Média*, 624.

¹⁴ A. T. Canavero, *Il Bene*, 23. O *De bono*, hoje disponível em sua edição crítica, era parte da *Summa de creaturis* - ou *Summa Parisiensis* ou *Summa prior* - de Alberto Magno, sob o título *De virtutibus*. Provavelmente, fruto de seu trabalho docente neste período, a *Summa de creaturis* foi composta de seis partes: *De sacramentis*, *De incarnatione*, *De resurrectione*, *De IV coaequaevis*, *De homine* e *De bono*.

¹⁵ A. T. Canavero, *Il Bene*, 46-47.

É importante sublinhar que a obra *De bono* foi escrita no período de juventude de Alberto Magno, quando ele ainda não conhecia toda a obra de Aristóteles. Nesse período, do texto grego *Ética a Nicômaco - Liber Ethicorum* – conheciam-se as traduções latinas realizadas por Robert Grosseteste, bispo de Lincoln, entre 1240 e 1249. Dessa obra, de relevância para a Escolástica medieval, Alberto Magno não conhecia o Livro VI. Portanto, ainda não conhecia as páginas relativas à justiça e à prudência em Aristóteles. A tradução latina de *Ética a Nicômaco* foi completada e revisada por Guilherme de Moerbeke, no ano de 1260, o que consolida um novo vocabulário e um novo quadro conceitual para o pensamento político medieval¹⁶.

Desse modo, analisando os autores medievais que escreveram tratados sobre a prudência - Guilherme de Auxerre, Felipe o Chanceler e Alberto Magno - Payer¹⁷ observa que, mesmo com a tradução completa do livro da *Ética a Nicômaco*, esta não influencia a concepção medieval de prudência. No caso específico de Alberto Magno, Payer observa que, na *Ética* - escrita após o contato com o sexto livro da *Ética a Nicômaco* - não se observa uma alteração na concepção de prudência expressa no *De bono*. Quanto a este ponto, cumpre ressaltar que, nos tratados que compõem a *Summa de creaturis*, especificamente no *De bono*, encontra-se o pensamento original de Alberto Magno, ou seja, nessa obra, não se encontram grandes influências do pensamento aristotélico. Assim, para as projeções do tema da memória para a vida moral, é no *De Bono* que se encontra a originalidade total de seu pensamento, pois nessa obra o autor fala em nome próprio.

Alberto Magno, vinculado à Igreja, instituição que exerce um papel fundamental na formação dos homens, no seu papel evangelizador e educador, apresenta a memória vinculada a uma virtude: a prudência. O mestre dominicano fala da educação da memória e pela memória. A memória apresentada por Alberto Magno leva-nos a pensar na memória retórica, usada como técnica de memorização (mnemotécnica) nos ensinamentos cristãos, pois ele se volta aos retóricos clássicos para tratar da arte da memória. Por este fato em si, a memória se apresenta vinculada ao ato educativo, já que é necessária, como faculdade intelectual, para a aprendizagem. No entanto, para além de uma técnica de memorização, esta memória está voltada para orientar determinados comportamentos. No agir humano reside a ênfase na memória. Neste sentido, a memória se articula a um aspecto moral. Para o homem virtuoso, prudente,

¹⁶ A. T. Canavero, *Il Bene*, 10; J. A. Martins, “Sobre as origens do vocabulário político medieval”, 51-53.

¹⁷ P. J. Payer, “Prudence and the principles of natural law: a medieval development”, 57.

que age pela reta razão, a memória é fundamental para orientar a tomada de decisão no presente. O homem virtuoso precisa voltar ao passado, aprender com a experiência do passado para agir bem e evitar o mal.

Para este estudo, tomamos o *De prudentia* para uma reflexão mais detalhada. Principiemos, então, por mostrar o que é a prudência para Alberto Magno. O primeiro ponto que nos cumpre dizer, é que a prudência é uma virtude. Tecidas as questões contrárias, Alberto Magno apresenta uma definição afirmativa, uma *solutio*, à questão em disputa *Se a prudência é uma virtude* (art. 1). Assim, ‘cumpre responder que, na verdade, a prudência é uma virtude e uma parte da honestidade, como afirmam santos e filósofos [405]’¹⁸.

Alberto Magno ressalta que o caráter dessa virtude se delinea, pois ‘[...] como a prudência é a ciência das ações a serem feitas, procede às vezes do estudo e do ensino [407]’¹⁹. O mestre dominicano afirma que agir de forma justa e casta é difícil, pois estas são contrárias ao apetite, ‘[...] mas estas mesmas ações pela reta razão que está nelas, constituem a prudência [408]’²⁰. Portanto, conhecer é próprio da prudência e ‘[...] não tem por fim a contemplação, mas que nos tornemos bons [410]’²¹.

O segundo ponto é que a prudência é a “auriga” das virtudes (q. 1, art. 6 [466]). Alberto Magno destaca a primazia da prudência em relação às demais virtudes. Na doutrina cristã a prudência assume esta primazia, pois está relacionada ao bem divino. A resposta à questão ‘Se a prudência é o auriga das virtudes’ (art. 6), o *Doctor Universalis* atesta que a prudência é o auriga (em latim: cocheiro), ou seja, a condutora, a guia entre as virtudes.

[466] *Solução*: Dizemos, com o bem-aventurado Bernardo, que a prudência não é tanto uma virtude, quanto o auriga das virtudes. Sendo que, de fato, a razão dirige as potências inferiores, como diz o Filósofo e nós o comprovamos no tratado Sobre a Alma, assim também o hábito da razão dirige em toda a vida e em todo operar os hábitos das outras virtudes e considera por primeiro o que seja reto ou não reto em toda virtude²².

¹⁸ Alberti Magni, *De prudentia*, 218. [405] *Solutio*: *Dicendum, quod in veritate prudentia virtus est et est pars honestatis, ut dicunt sancti et philosophi*.

¹⁹ Alberti Magni, *De prudentia*, 219. ‘*quae scientiae est operabilium, relinquitur quandoque ex studio et doctrina*.

²⁰ Alberti Magni, *De prudentia*, 219. [‘...’] *quae scientiae est operabilium, relinquitur quandoque ex studio et doctrina*; [‘...’] *haec aut eadem per rectam rationem, quae est in ipsis, constituunt prudentiam*’.

²¹ Alberti Magni, *De prudentia*, 221. [‘...’] *et non est contemplandi gratia tantum, sed ut boni fiamus*’.

²² Alberti Magni, *De prudentia*, 243. [466] *Solutio*: *Dicimus cum beato Bernardo, quod prudentia non tam est virtus quam auriga virtutum. Sicut enim ratio est dirigens inferioris vires, sicut dicit Philo-*

Com isso Alberto Magno evidencia a relevância da prudência em relação às outras virtudes. A prudência orienta todas as outras virtudes, pois sem a prudência para orientar a reta razão, a tomada de decisão certa, não há amparo para a virtude da fortaleza, da temperança e da justiça.

Na segunda parte do *De prudentia*, Alberto Magno aborda *Sobre as partes da prudência*. Para tanto, o mestre dominicano segue as divisões de Marco Túlio Cícero²³ (106-43 a.C.) - indicado somente pelo segundo nome, Túlio -, de Macróbio²⁴ (séculos IV-V) e de Aristóteles²⁵ (384-322 a.C.). A memória recebe maior ênfase no tratado, pois entre as partes da prudência, afirma o mestre de Colônia, ela é a mais importante, pois é a que ajuda o homem a olhar para o passado, orientando as decisões do presente (inteligência) e as do futuro (providência) [477]²⁶.

No primeiro artigo da segunda parte do *De prudentia*, Alberto Magno investiga *O que é a memória*. A memória - que recebe amplo espaço no tratado - é a que está presente em Cícero. Então, aqui o mestre dominicano examina o que é a memória e o que é a arte da memória, transmitidas por Túlio que diz: 'a memória é a faculdade pela qual o ânimo relembra as coisas que foram'²⁷. Alberto Magno precisa a memória enquanto parte da prudência e reminiscência.

[470] *Solução*: Dizemos que a memória é uma parte da prudência, pois a memória cai na razão da reminiscência. De fato, como a prudência escolhe as coisas que ajudam daquelas que estorvam nas obras, é preciso a mesma proceder indagando e, assim, é necessário que ela proceda de um princípio determinado e, através das probabilidades, tornar-se operável em propósito; e, por isso, como procede das coisas passadas, lança mão da memória, pelo que é parte da reminiscência²⁸.

O *Doctor Universalis* examina, no artigo dois, *Sobre a arte da memória*, conforme trata Túlio na segunda Retórica, no final do terceiro livro. Antes, porém,

sophus et nos probavimus hoc in tractatu De anima, ita etiam habitus rationis est dirigens in tota vita et opere habitus aliarum virtutum et prospiciens, quid rectum vel non rectum sit in omni virtute'.

²³ Marco Túlio Cícero (Arpino, 106-Caieta, 43 a.C.)

²⁴ Ambrósio Teodósio Macróbio (que viveu nos séculos IV-V)

²⁵ Aristóteles - 384 a.C. - Estagira (Macedônia), 322 a.C. - Cálcis (Eubéia) a.C.

²⁶ Alberti Magni, *De prudentia*, 249.

²⁷ Alberti Magni, *De prudentia*, 245. 'memoria est, per quam animus repetit ea quae fuerunt'.

²⁸ Alberti Magni, *De prudentia*, 245. '[470] Solutio: Dicimus, quod memoria est pars prudentiae, quod memoria cadit in ratione reminiscenciae. Cum enim prudentia eligat ea quibus adiuwatur, ab his a quibus impeditur in opere, oportet ipsam procedere inquirendo et sic necesse est eam progredi a principio determinato et per media probabilia devenire in propositum operabile; et ideo cum proceditur ex praeteritis, utitur memoria, secundum quod est pars reminiscenciae'.

Alberto Magno considera que é preciso observar que há duas naturezas de memória: a natural e a artificial.

[471] De fato, Túlio divide a memória em natural e artificial, e diz que é natural ‘aquela que é ínsita nos nossos ânimos e que nasceu junto com o pensamento’. E diz que é artificial ‘aquela que confirma uma certa indução e razão de ensino’²⁹.

Alberto Magno examina as regras que Túlio transmite acerca da memória artificial, a qual é constituída de imagens e lugares.

[472] (7) ‘A memória artificial consiste em lugares e imagens’. E assim diz o que ele chama lugares: ‘Chamamos lugares aqueles que breve, perfeita e notavelmente são realizados pela natureza ou pela mão do homem, para ser facilmente compreendidos e apreendidos pela memória natural, como uma casa, um intercolúnio, uma esquina, um arco e outros semelhantes. As imagens, pois, são certas formas, traços e simulacros daquela coisa que queremos lembrar, como o gênero do cavalo, do leão, da águia’ e o que se quiser de tal feita³⁰.

A definição de Alberto Magno para o duplo caráter da memória - natural e artificial - se expressa na solução apresentada para a arte memória e, está relacionada à vida e à justiça, portanto, passíveis de aperfeiçoamento pela arte e pela virtude.

[477] Dizemos, portanto, com Túlio, que a memória que pertence à vida e à justiça é dupla, ou seja, natural e artificial. Natural é a que provém da bondade do engenho e, voltando-se àquilo que foi conhecido ou feito antes, lembra facilmente. Artificial, ao invés, é aquela que provém da disposição dos lugares e das imagens, e, como em todos os casos, a arte e a virtude são perfeições da natureza, assim é aqui. De fato, a memória natural é aperfeiçoada pela memória artificial. Contudo, deve-se notar que a memória foi colocada no lugar da reminiscência, como foi determinado acima³¹.

²⁹ Alberti Magni, *De prudentia*, 246. ‘[471] Dividit enim Tullius memoriam in naturalem et artificiosam, et naturalem dicit esse, ‘quae nostris animis insita est et simul cum cognitione nata.’ Artificiosam autem dicit esse, ‘quam confirmat inductio quaedam et ratio praeceptionis’.

³⁰ Alberti Magni, *De prudentia*, 247. [472] (7) *Iuxta hoc ulterius quaeritur de praeceptis, quae tradit, quae attendenda sunt huic memoriae. Dicit enim, quod oportet in ea praecipue attendere ea in quibus constat: ‘Constat autem artificiosa memoria locis et imaginibus’. Et dicit, quid vocat locos, sic: ‘Locos appellamus eos qui breviter, perfecte, insigniter aut natura aut manu sunt absoluti, ut eos facile naturali memoria comprehendere et amplecti queamus, ut aedes, intercolumnium, angulum, fornix et alia, quae his similia sunt. Imágenes autem sunt formae quaedam et notae et simulacra eius rei quam meminisse volumus, quod genus equi, leonis, aquiliae’ et huiusmodi quaeratur’.*

³¹ Alberti Magni, *De prudentia*, 249-250. [477] *Dicimus ergo cum Tullio, quod memoria pertinentium ad vitam et iustitiam duplex est, scilicet naturalis et artificialis. Naturalis est, quae ex bonitate ingenii deveniendi in prius scitum vel factum facile memoratur. Artificialis autem est, quae fit dispositione locorum et imaginum, et sicut in omnibus ars et virtus sunt naturae perfectiones ita et*

A arte da memória é considerada por Alberto Magno, como foi transmitida na obra pseudo-ciceroniana *Rhetorica ad Herennium*. Para o mestre de Colônia a arte da memória pertence ao ético e ao retórico³².

[477] *Solução*: Dizemos que a arte da memória que Túlio transmitiu é ótima, principalmente em lembrar as coisas que pertencem à vida e ao juízo, e aquela memória pertence principalmente ao ético e ao retórico, porque, como o ato da vida humana consiste nos particulares, é necessário que seja junto à alma por imagens corpóreas; mas não permanece nestas imagens senão na memória³³.

Na sequência da definição da arte da memória Alberto Magno enfatiza o motivo pelo qual a memória é a principal parte da prudência.

[477] Donde dizemos que, entre todas as coisas que dizem respeito à prudência, sumamente necessária é a memória, porque, a partir das coisas passadas, nos dirigimos àquelas presentes e futuras e não vice-versa. Que, pois, a memória seja sumamente necessária, Túlio comprova com esta razão, dizendo: 'De fato, não como em certos estudos em que, às vezes, somos distraídos por uma ocupação, nenhuma causa pode distrair da memória. Com efeito, nunca acontece que queremos alienar algo da memória, principalmente quando nos detemos nalgum grande negócio. Porque, como é útil lembrar facilmente, não te enganas que seja tão útil à obra quanto o desejo para o esforço, que poderás julgar pela utilidade conhecida³⁴.

Com relação à conotação moral, Alberto Magno, no *De prudentia*, localiza a memória como a principal parte da virtude da prudência. A prudência abriga a memória, primordialmente, antecedendo as outras duas partes: a inteligência e a providência.

hic. Naturalis enim perficitur per artificialem. Hoc tamen notandum, quod in omnibus istis memoria posita sit proremiscentia, sicut supra determinatum est.

³² A. T. Canavero, *Il Bene*, 476.

³³ Alberti Magni, *De prudentia*, 249. '[477] *Solutio*: Dicimus, quod ars memoriandi optima est, quam tradit Tullius et praecipue in memorabilibus pertinentibus ad vitam et iudicium, et illae memoriae praecipue pertinent ad ethicum et rhetorem, quia cum actus humanae vitae consistat in particularibus, necesse est, quod apud animam sit per imagines corporales; in imaginibus autem illis non permanet nisi apud memoriam.

³⁴ Alberti Magni, *De prudentia*, 249. '[477] *Unde dicimus, quod inter omnia quae spectant ad prudentiam, summe necessaria est memoria, quia ex praeteritis dirigimus in praesentibus et futuris et non e converso. Quod autem summe sit necessaria memoria, probat Tullius tali ratione dicens: 'Non enim sicut in ceteris studiis abducimur nonnunquam occupatione, ita (a) memoria non potest causa abducere aliqua. Nunquam enim est, quin aliquid memoriae tradere velimus et tum maxime, cum aliquo maiore negotio detinemur. Quare cum sit utile facile meminisse, non te fallit, quod tanto opere utile sit, quanto labore sit appetendum, quod poteris existimare utilitate cognita.*

Neste ponto, temos que sublinhar que situada no campo da prudência, a memória ultrapassa o aspecto natural ou psicológico ou mesmo como habilidade mnemônica. A “boa” memória, enquanto ‘pressuposto da perfeição da prudência’ tem um significado amplo: ‘a memória *fiel ao ser*’³⁵. Neste sentido, entendemos a relevância da memória, pois ela é o “lugar” mais susceptível do homem para perder-se em meio ao que é verdade, o que é imaginação, devaneios, alterações de realidade. A prudência lhe dá o caráter de agir retamente, de conhecimento da realidade objetiva, sem que se perca por caminhos que não sejam o da verdade das coisas; é a prudência que guia a razão. A memória precisa estar carregada de imagens que direcionem o homem para o bem, por isso, afirma Pieper na ‘memória fiel ao ser’. Na verdade Alberto Magno tem um projeto claro para a memória, é preciso conhecer as técnicas de memorização, observando como constituir uma memória. Por outro lado, ao situar a memória dentro da virtude da prudência, dá o passo essencial, para a ação, concretizando de que modo esta memória pode colaborar para a efetivação de um agir para o bem e evitando o mal. A prudência é a virtude da reta razão.

Com relação ao quadro educacional, observamos que configura-se um duplo papel aos frades dominicanos com relação à memória: tanto no aspecto mnemônico, de entender como é possível exercitar esta memória para guardar coisas e, no campo da moral, como justificar a memória para o bem viver social ordenado para a contemplação divina. Podemos dizer que entre o bem divino e o bem moral está a educação e o sistema das virtudes como meios para se alcançar a verdade. Alberto Magno defende a Teoria da Iluminação, na qual o homem conhece pela participação da Luz Divina³⁶ nele. Este fato leva-nos a pensar que o homem é capaz do bem devido à sua “raiz” - de onde ele emana, como ser criado: do Bem Supremo, Deus. Ao fazer o bem, o homem se torna capaz de diversas outras virtudes, ou ainda, agindo bem, considerando os degraus do conhecimento, também desenvolve a virtude. Agir bem pelas virtudes e evitar o mal, os vícios, passam por um processo de educação. O homem possui intelecto e é pela razão que constitui o conhecimento das coisas, alcançando a Sabedoria.

Ademais, diante de um quadro de crise para a Igreja, os frades dominicanos precisam estudar meios para a eficiência da pregação, para que a mensagem de fé - com conteúdo ético, de agir bem e evitar o mal, ou de um sistema de

³⁵ J. Pieper, *Virtudes fundamentais*, 24, grifos do autor.

³⁶ J. R. Pierpauli, “Sabiduría y Ciencia Política en la obra de Alberto Magno”, 6-8.

virtudes e vícios - fosse lembrada pelos ouvintes. No caso dos sermões - uma forma de oratória transformada pelos medievais - para que fossem rememorados, lança-se mão da “memória artificial” dos antigos³⁷.

Nota-se que a pregação exige também do pregador uma memorização, pois há um sistema mais complexo para transmitir aos seus ouvintes, nos quais o pregador deseja formar uma memória cristã. Neste caso, há uma dupla exigência de memorização: para aprender um conteúdo, em primeira instância e, posteriormente, para ensiná-lo. Isso, ainda com as devidas diferenças, é necessário para assegurar a aprendizagem e a transmissão da mensagem cristã pelo pregador e pelo ouvinte. Ademais, o conteúdo de memorização se torna mais complexo. Assim, como expressa Yates em seus estudos acerca da memória:

Na época da escolástica, o conhecimento foi aprimorado. Foi também uma época de Memória e, assim, um novo repertório imagético precisou ser criado visando à rememoração dos novos conhecimentos. Apesar de os grandes temas da doutrina cristã e de seu ensinamento moral permanecerem, é claro, essencialmente os mesmos, tornaram-se mais complexos. Em especial, o esquema de virtudes e vícios tornou-se mais detalhado e mais estritamente definido e organizado. O homem moral que desejasse seguir o caminho da virtude, lembrando-se do vício e evitando-o, teria mais coisas a gravar na memória do que em tempos anteriores menos complexos³⁸.

Reside aqui um esforço paralelo entre os frades dominicanos para reformar a pregação e os professores da Ordem para assegurar o fundamento filosófico e teológico da fé cristã. Tal esforço, no âmbito acadêmico, se evidencia nas definições teológicas e filosóficas e, no campo da ética, nos enunciados acerca das virtudes e dos vícios presentes na obra *Summae* de Alberto Magno e, de seu discípulo, Tomás de Aquino³⁹.

Alberto Magno entende que é preciso conhecer como o homem aprende e, para isso, precisa saber o que é e como se faz a memória. Está certo de que é preciso conhecer profundamente para atuar na formação dos homens, para educá-los para a fé religiosa, para constituir-lhes uma memória cristã. Esta é a essência do projeto educativo de Alberto Magno; a educação é o alicerce primeiro para a defesa da Igreja, portanto, para a preservação e constituição de uma memória cristã.

³⁷ F. A. Yates, *A arte da memória*, 114.

³⁸ F. A. Yates, *A arte da memória*, 113-114.

³⁹ F. A. Yates, *A arte da memória*, 114.

Destacamos a importância desta questão para a formação humana, pensada como elemento social e não exclusivamente individual, visto que, sem a memória, não há aprendizagem de qualquer saber. Por meio dela, desde o nascimento, acumulamos experiências fundamentais para toda a vida em sociedade, para a própria existência humana. Uma sociedade que não possui memória do seu passado não tem história e não tem condições de planejar nem seu presente nem seu futuro. Responsável pela preservação e pela produção de conhecimentos, a memória é um instrumento de ligação dos homens com a sua história, bem como de compreensão das transformações nas relações humanas.

Bibliografia

Alberti Magni, *De bono*, Kühle, Henricus; Feckes, Carolus; Geyer, Bernhardus; Kübel, Wilhelmus (Eds.), *Opera Omnia*, T. XXVIII, Coloniae: Monasterii Westfolorum in aedibus Aschendorff, 1951.

Alberti Magni, *De prudentia*, In: Alberti Magni, *De bono*, Kühle, Henricus; Feckes, Carolus; Geyer, Bernhardus; Kübel, Wilhelmus (Eds.), *Opera Omnia*, T. XXVIII, Coloniae, Monasterii Westfolorum in aedibus Aschendorff, 1951. 217-258.

Alberto Magno, “Textos sobre o método e a ciência: sobre a alma”, In: De Boni, Luis Alberto (Org.), *Filosofia Medieval*, Porto Alegre, Edipucrs, 2005. 171-183.

Gilson, Étienne, *A Filosofia na Idade Média*, São Paulo, Martins Fontes, 2007.

Lauand, Luiz Jean, “Agostinho: dois sermões”, In: Lauand, Luiz Jean (Org.), *Cultura e Educação na Idade Média*. São Paulo, Martins Fontes, 2013, 7-39.

Martins, José Antônio, “Sobre as origens do vocabulário político medieval”, *Trans/Form/Ação* [online], 3 (2011). Acesso em: 7 out. 2013. URL: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v34n3/v34n3a06.pdf>.

Oliveira, Terezinha, *Ensino e debate na Universidade Parisiense do século XIII: Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio*, Maringá, Eduem, 2012.

Payer, Pierre J., “Prudence and the principles of natural law: a medieval development”, *Speculum*, 54 (1979), 55-70.

Pieper, Josef, *Virtudes fundamentais*, tradução de Narino e Silva e Beckert da Assumpção, Lisboa, Editorial Aster, 1960.

Pierpauli, José Ricardo, *Racionalidad práctica y filosofía política: los modelos de Alberto Magno y de Tomás de Aquino y su significado para la filosofía política actual*. Buenos Aires, Lancelot, 2007.

Pierpauli, José Ricardo, “Sabiduría y Ciencia Política en la obra de Alberto Magno”, In: Conferência na XII Jornada de Estudos Antigos e Medievais, IV Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais: Formação, Sabedoria e Felicidade na Antiguidade e Medievo, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2013.

Steenberghen, Fernand van, *História da Filosofia: período cristão*, tradução de J. M. da Cruz Pontes, Lisboa, Gradiva, 1984?

Tarabochia Canvero, Alessandra, “Introduzione, traduzione e note”. In: Alberto Magno, *Il Bene*, Milano, Rusconi, 1987. 7-82.

Yates, Frances A., *A arte da memória*, tradução de Flavia Bancher, Campinas, Editora da Unicamp, 2007.